

Por que persistir no caminho errado?

Herbert Levy *

Quando se desdobram esforços no Legislativo para acabar com o dispositivo constitucional que limita a 12% ao ano os juros anuais no Brasil, há algo de muito errado. Será que alguém pretende que devemos continuar recordistas mundiais dos juros? Com todas as consequências que, infelizmente, continuamos a testemunhar?

Em vez de revogado o artigo da Constituição, todos os esforços devem ser no sentido de mantê-lo e fazê-lo respeitado, porque respeitá-lo significa realismo e bom senso. Assim, poderíamos dar um basta a esse período deflacionário que, se nos trouxe, efetivamente, a estabilidade do real, meta altamente prioritária, não pode continuar a gerar desemprego, inadimplências e déficits de toda ordem, inclusive no orçamento do governo, no qual mais uma vez podemos reconhecer, sem nenhuma vangloria, um recorde que transtorna as nossas finanças.

Vamos ouvir líderes empresariais de grande autoridade, pelo muito que já realizaram, enfrentando quaisquer situações no passado. Antonio Ermírio de Moraes, líder do conglomerado S.A. Fábricas Votorantim, disse a O Estado de S. Paulo de 7 de abril que "a forma como a globalização foi adotada significa o suicídio da indústria nacional". Haverá alguém que se sinta com autoridade para contestá-lo?

Ele acrescentou que "os juros no País são elevadíssimos, cerca de 350% maiores que os do exterior". Não haverá responsáveis na equipe econômica que abram os ouvidos para essas severas e ao mesmo tempo patrióticas advertências? Ele disse mais: "O Brasil se propõe a fazer uma abertura da economia, mas fica patinando nas altas taxas de juros.

Quem é louco de fazer grandes investimentos, pedindo dinheiro emprestado com os juros atuais?"

Para Ermírio de Moraes, fala-se muito em abertura econômica do País, mas ela não passa do papel. Na realidade, a abertura econômica é abertura de um portão por onde transitam as grandes companhias internacionais, trazendo dólares que são aplicados no mercado financeiro e permitem que

elas ganhem muito dinheiro

Dar um basta a uma política que gera desemprego, inadimplência e déficits de toda ordem

por aqui, diz o empresário. Segundo ele, é uma ciranda financeira que também não beneficia o empresário local, só aquele que traz dinheiro do exterior.

Ermírio diz ainda que está cansado de explicar por que o cimento que se traz da Turquia é mais barato do que o vendido internamente. "O empresário turco utiliza um óleo 40% mais

barato na produção do cimento, tem um frete mais barato e outros custos mais baixos. Por isso não dá para enfrentá-lo".

Outro grande líder empresarial, Jorge Gerdau Johannpeter, líder do grupo Gerdau, fabricante de produtos de aço, manifesta-se nestes termos: "Quem toma dinheiro emprestado no País paga, na melhor das hipóteses, mais de 20% ao ano. No exterior, o concorrente paga 6%. Não



há competitividade que pague essa taxa de juros".

Eugenio Staub, presidente da Gradiente, e Francisco Cespede, diretor de Administração e Finanças da São Pau-

lo Alpargatas, concordam.

Infelizmente, as más notícias da política deflacionária prosseguem, sem nenhuma preocupação com as consequências sociais por parte do governo. A Fiesp divulga que em março a indústria paulista demitiu 18.274 trabalhadores, mas, no primeiro trimestre deste ano, o desemprego cresceu para 72.017 postos de trabalho. Infelizmente, as perspectivas ainda não são fa-

voráveis. O diretor do Departamento de Pesquisas da Fiesp, Horácio Lafer Piva, acha que "as demissões vão continuar até que se criem as condições para a retomada do crescimento da produção, como, por exemplo, medidas de estímulo às exportações".

Na Folha de S. Paulo de 2 do corrente encontram-se estes dados sobre a situação no plano nacional e em São Paulo: "O desemprego em fevereiro atingiu 5,7%, o maior índice desde o início do Plano Real, em julho de 1994, de acordo com pesquisa do IBGE nas principais cidades do País. Em janeiro, a taxa foi de 5,3%. Segundo o instituto, os últimos cinco meses mostraram crescimento contínuo da taxa média de desemprego, com destaque para a indústria de transformação e a construção civil.

"Na cidade de São Paulo", diz ainda o jornal, o

número de falências requeridas (1.455) é o de decretadas (137) em março são os maiores desde 1960. O montante de carnês com mais de trinta dias de atraso (3.046.111) em março também é recorde do Real.

Há tanto tempo que adviro o governo sobre as lamentáveis consequências de uma política deflacionária nos moldes do FMI, no Brasil, que a confirmação das previsões sobre o comportamento negativo da economia sob tantos aspectos não me dá nenhum tipo de satisfação pessoal, mas sim um sentimento de total frustração, inclusive o de não ter conseguido mobilizar o grande defensor das classes sociais, o presidente Fernando Henrique Cardoso, para que interrompesse um processo tão negativo.

* Presidente do conselho de administração deste jornal.